

IV enanparq

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA ARQUITETURA E DA CIDADE

SESSÃO TEMÁTICA: TEORIA E MÉTODO EM HISTÓRIA DA
ARQUITETURA E DA CIDADE

Ana Claudia Veiga de Castro
FAUUSP
anacvcastro@gmail.com

Joana Mello de Carvalho e Silva
FAUUSP
joana-mello@usp.br

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA ARQUITETURA E DA CIDADE

RESUMO

O processo de autonomização dos campos da história da arquitetura e da cidade alcançou maturidade no Brasil entre os anos 1980 e 1990 com a consolidação dos programas de pós-graduação do país. Esse processo foi marcado por um duplo movimento: de um lado, o distanciamento da prática projetual, de outro, a aproximação às ciências humanas. Esse movimento contribuiu significativamente para investigação de outros períodos e personagens, ao mesmo tempo em que lançou novas luzes sobre temas e agentes de narrativas historiográficas hegemônicas, que puderam ser refeitas, aprofundadas e/ou acuradas. No horizonte de revisão historiográfica sinalizado, uma plêiade de novas fontes documentais passou a interessar, ao mesmo tempo em que fontes tradicionais foram recuperadas à luz de novas perguntas, a depender dos problemas formulados pela pesquisa. Daí a importância, num contexto grave de desinvestimento e desmontagem de algumas instituições do país, de se reconhecer acervos e arquivos fundamentais para as pesquisas da área. Apesar da sofisticação dos recortes e das abordagens, parece que ainda é preciso avançar de modo mais sistemático sobre as especificidades dos objetos de estudo e sobre questões teórico-metodológicas que orientam a investigação histórica. A Sessão Temática Teoria e Método em História da Arquitetura e da Cidade reúne, com esse intuito, pesquisadores interessados em discutir essas questões a partir da perspectiva da história cultural e transnacional e da relação sempre dialética entre problemas históricos e fontes documentais. A sessão pretende também contribuir para a reflexão sobre a importância de se constituir e preservar arquivos documentais para a construção das novas narrativas da história da arquitetura e da cidade.

Palavras-chave: Teoria. Método. História da arquitetura e da cidade.

HISTORY AND HISTORIOGRAPHY OF ARCHITECTURE AND CITY

ABSTRACT

The autonomy process of the fields of the architectural history and city reached maturity in Brazil between the 1980's and 1990's with the consolidation of the country's graduations programs. A double movement marked this process: on the one hand, the distancing of architectural practice; on the other, the approach to the human sciences. This movement contributed significantly to research other periods and characters at the same time that shed new lights on subjects and agents of hegemonic historiographical narratives that were remade, deepened and / or accurate. In this horizon, a lot of new documents started to be researched, while traditional documents could be recovered in light of new questions, dependent on the problems formulated by researchers. In a serious context of divestment of some institutions of the country, it is important to recognize collections and archives that are essentials for the area. Despite the sophistication of approaches, it seems that we still need to move more systematically on the specifics of the objects of study and on theoretical and methodological issues that guide the historical investigation. The Thematic Session Theory and Method in History of Architecture and the City, assembles researchers interested in discussing these issues from the perspective of cultural and transnational history. Within this perspective, the works show the recurrent dialectical relationship between historical issues and documentary sources. The session will also contribute to the reflection on the importance of establishing

and preserving documentary archives for the construction of new narratives of the history of architecture and the city.

Keywords: Theory. Method. History of Architecture and of the City.

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA ARQUITETURA E DA CIDADE¹

Iniciado em meados do século XX, o processo de autonomização dos campos da história da arquitetura e da cidade alcançou maturidade no Brasil entre os anos 1980 e 1990 com a consolidação de um espaço acadêmico de investigação junto aos programas de pós-graduação do país.² Tal processo pode se constituir depois de uma longa história, cuja narrativa, mesmo que breve, interessa recuperar não só para sua melhor compreensão, como para o entendimento sobre em quais termos se deu essa independência e amadurecimento.

Até a virada do século XVIII para o XIX, a Arquitetura era pensada a partir de tratados com forte teor normativo que tinham como objetivo dirigir a produção a partir de princípios de validade universal e atemporal (D'Agostino, 2011; Loewen, 2012; Brandão, 2005; Rocha-Peixoto, 2010). Ainda que esses tratados tenham variado desde a Antiguidade, quando começaram a ser escritos, é possível afirmar que eles estavam vinculados ao que se consagrou chamar de sistema clássico. Vigoroso até o século XVII, esse sistema começou a sofrer um série de abalos significativos no momento de conformação da mais prestigiosa instituição de ensino de arquitetura no Ocidente, a Escola de Belas Artes de Paris (Drexler, 1977; Egbert, 1980; Pereira, 2009; Lassance, 2009), modelo para a maioria das escolas do mundo, inclusive a do Brasil (Uzeda, 2006). Tais abalos têm relação com acontecimentos marcantes na esfera cultural e social, como a querela entre os antigos e os modernos; a instituição de novas disciplinas do conhecimento como a história, a arqueologia e a estética e as Revoluções Industrial e Francesa, que impulsionaram a revisão de um dos conceitos centrais desse sistema, o de beleza. Essa revisão se apoiou em outras concepções de tempo e espaço, tornando insustentável a noção de um único ponto de referência, a “Antiguidade”, e colocando sob suspensão todas as teorias que lhe tinham dado sustentação desde o Renascimento (Rykwert, 1987; Argan, 1977; 1987; Azevedo, 2009).

Todo esse processo “resultou em uma maior discriminação do passado e uma visão relativista da tradição, na qual vários períodos poderiam ser vistos como tendo valor igual” (Curtis, 2008, p. 21). Esse relativismo abriu caminho para outras formas de expressão arquitetônica orientadas por novos critérios de ajuizamento de valor e mérito. Foi nesse horizonte

¹ Esse texto não tem a pretensão de apresentar uma revisão historiográfica exaustiva, mas sim de sistematizar algumas reflexões que vimos realizando desde a III Enanparq (São Paulo, 2014), com as mesas Documentos e Arquivos da História da Arquitetura e da Cidade: problemas e métodos (1 e 2) e aprofundadas no Grupo de Pesquisa Teoria e Método em História da Arquitetura e da Cidade, cadastrado no CNPq em 2015 (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4888206892335376>), bem como na disciplina de pós-graduação AUH 5867 - História da arquitetura e da cidade: teoria e método, ministrada na FAU USP. O objetivo é destacar algumas passagens e autores importantes que possam ajudar a contextualizar os debates que compõem esta sessão temática e contribuir para o tema em questão.

² Os *Seminários de História da Cidade e do Urbanismo*, os *Seminários Ibero-Americano Arquitetura e Documentação* e os *Encontros da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo* têm sido importantes fóruns de debates e reflexão sobre a cidade e arquitetura, demonstrando a importância que a história adquiriu no campo.

que se consolidou, no século XIX, a história da arquitetura como uma disciplina em diálogo com a tratadística, mas autônoma, cujo papel central foi o de estabelecer esses critérios dentro de um novo sistema, dito acadêmico, que norteasse o projeto. O vínculo com a prática marcou a constituição da história da arquitetura e conheceu dois modos diversos de expressão, conforme a sistematização de Gustavo Rocha-Peixoto (2013).

O primeiro, nomeado “modo historicista”, dominou a cena do século XIX aos anos 1930, aproximando-se dos estudos de taxonomia para ordenar as manifestações arquitetônicas do passado em conjuntos formais que configuravam estilos, cujos usos deveriam ser definidos pela tipologia. Dentro dessa visada, a história servia inicialmente à organização de um catálogo de estilos no tempo e espaço. Contudo, a partir da consagração do conceito de espírito de época, afirmou-se dentro do modo historicista uma relação de causa e efeito que deu novo sentido a história, na medida em que construiu a ideia de que cada momento e lugar gerava um tipo exato e coeso de estilo, cuja coerência e encadeamento deveriam ser recuperados pela narrativa (Rocha-Peixoto, 2013, p. 29-43).

Contemporâneo ao “modo historicista”, cujas figuras centrais eram Jean-Nicolas-Louis Durand e Julien Guadet com seus livros *Recueil et parallèle des édifices de tout genre, anciens et modernes : remarquables par leur beauté, par leur grandeur, ou par leur singularité, et dessinés sur une même échelle* (1800) e *Éléments et théorie de l'architecture* (1901), o “modo histórico-modernista” se consagrou nos anos 1920, dominando as narrativas ao longo da segunda metade do século XX e tendo como referencial importante o livro *Histoire de l'Architecture* (1899) de Auguste Choisy. Para o engenheiro francês, as formas arquitetônicas não eram mera linguagem, mas resultado de exigências funcionais e, sobretudo, de disponibilidades técnicas e materiais, cujo desenvolvimento assumia um sentido evolutivo que marcava uma diferença clara entre passado, presente e futuro (Rocha-Peixoto, 2013, p. 45-65). Igualmente inspirado pelo conceito de *Zeitgeist*, Choisy vai dar a ele um novo sentido na medida em que defendia que o motor da história da arquitetura eram as técnicas e os materiais construtivos que conformam manifestações específicas de cada tempo e espaço. Do seu ponto de vista, a atitude genuinamente histórica não estaria em catalogar e recuperar as formas arquitetônicas do passado, mas em fazer agir o “espírito da época” identificando-se as diversas lógicas construtivas para aprimorá-las continuamente (Banham, 1975, p. 19-58).

Essa concepção perpassa a historiografia moderna (Tournikiotis, 1999) e supõe, além de relações causais de sentido evolutivo, de um lado uma independência total do arquiteto em sua produção, de outro, uma submissão da narrativa histórica aos ditames contemporâneos da prática projetual. São justamente esses os aspectos criticados por aqueles que, a partir

de meados do século XX, dedicaram-se a uma profunda revisão historiográfica que contribuiu para a autonomia do campo e abriu muitos caminhos de pesquisa, seja do ponto de vista dos objetos, seja do ponto de vista teórico-metodológico (Lira, 2011).

Alguns aspectos marcantes dessa revisão, ou desse “modo historiográfico-culturalista” para continuar usando a terminologia de Gustavo Rocha-Peixoto, merecem ser recuperados (Rocha-Peixoto, 2013, 67-81). A mencionada autonomia do campo historiográfico tem relação direta com uma concepção ampliada da arquitetura, ou seja, com a consideração da disciplina como uma forma particular de trabalho intelectual que compreende certa independência, mas mantém laços estreitos com as formas de produção (Tafuri, 1985). Mesmo aqueles que não compartilham da concepção tafuriana, consideram o edifício como um artefato, resultado de um conjunto completo de forças sociais, econômicas, políticas, técnicas e culturais. Tal entendimento foi orientado por uma maior aproximação dos historiadores da arquitetura a outros campos do conhecimento, como à história, à sociologia, à antropologia, à psicologia, ou mesmo à economia, entre outros, e impulsionou uma ampliação significativa das fontes documentais, elas mesmas tornando-se objeto de reflexão e análise (Castriota, 2011).

No Brasil essas reflexões ensejaram uma ampla revisão da historiografia moderna (Martins, 1998; Guerra, 2010, v. 1 e 2) e a investigação de períodos, instituições e personagens ainda pouco explorados dentro ou fora do sistema moderno (Ficher, 2011), além de uma intenção renovada de estabelecer diálogos entre o país e a América Latina (Gorelik, 2005; Segawa, 2005; Liernur, 2015). Além desse esforço, nota-se que um conjunto significativo de trabalhos procura entrelaçar a história da arquitetura com a da cidade, aproximando-se também dos estudos de cultura material e dos debates sobre gênero (Carvalho, 2008). Ao mesmo tempo, é perceptível uma atenção crescente às formas de produção da arquitetura (Gitahy e Pereira, 2002; Lopes e Lira, 2013) que tem afinidades com os debates internacionais em torno da história da construção, notadamente nos Estados Unidos, Espanha e França.

Diferentemente da Arquitetura, que se institucionaliza no século XIX como disciplina apoiada na História, o Urbanismo constitui-se nesse momento a partir de uma discussão ampliada sobre as cidades do tempo da Revolução Industrial e os seus problemas, pautado em uma abordagem positivista que buscava não apenas transformar o espaço urbano, mas também auxiliar a controlar a própria sociedade e as ameaças revolucionárias. Articulava-se em uma única figura – o urbanista – as tradições politécnica e jurídica de intervenção com os avanços dos saberes médicos, incorporando-se uma multiplicidade de técnicas e linguagens autônomas que pensavam e intervinham sobre e na cidade (Gorelik, 2002; Zucconi, 2009).

Não por acaso, *História da cidade*, *História urbana*, *História do urbanismo*, *História da urbanização* são termos diversos que dão conta de mostrar a impossibilidade de se pensar em um único campo disciplinar que seja suficiente para reconstituir a história de um fenômeno multifacetado de difícil apreensão como as cidades (Benevolo, 2001; Rykwert, 2006; Romero, 2009; Calabi, 2012, Reis Filho, 1999, entre outros). Se é possível afirmar que ao longo do século XX se configurou um campo mais ou menos autônomo, não custa lembrar que ele sempre flertou com outras disciplinas que se voltaram para o fenômeno urbano, em busca de compor as diversas facetas da própria história (Freitag, 2013).

Os ecos desse percurso remontam ao século XVIII, já que as críticas à vida urbana podiam ser notadas antes mesmo dos efeitos da Revolução Industrial se tornarem visíveis, quando o crescimento desordenado e as intenções de controle estatal produziram os primeiros estudos que iriam informar a nova ciência do Urbanismo, notadamente os da Estatística e do Higienismo (Schorske, 2000).

Entre todos esses olhares que se consolidam já no século XIX e chegam ao século XX – desde a nascente Sociologia, que buscava explicar a desorganização vivida pela sociedade urbana capitalista, em aproximações teóricas que se alternaram num espectro entre o total repúdio e a completa fascinação (Nisbet, 1977; Gorelik, 2002), passando pela Geografia, que buscava inserir a dimensão territorial e biológica (Hall, 2009), ou mesmo a própria Literatura, que transformava as cidades em protagonistas das narrativas e não apenas em palco ou cenário para os novos dramas sociais, também alternando juízos entre o horror e o fascínio por aquele novo mundo urbano (Bradbury, 1998; Castro, 2015) – a história parece ter sido pouco mobilizada. É verdade que no livro de Camillo Sitte, *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*, publicado em 1889, a História aparecia como recurso, mas o que se vê ali é uma espécie de *história interessada*, a operação mental necessária para substituir o que antes era aprendido dentro da tradição e da prática.

Foi no campo da História científica – que também se institucionalizava no mesmo período – que alguns estudos pioneiros sobre as cidades apareceram, apoiados em geral na arqueologia. Exemplo desse esforço é o livro *A cidade antiga*, de Fustel de Coulanges, de 1864, cujo subtítulo revela seus objetivos imediatos: “Estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma” (Almandoz, 2003; Raminelli, 1997). Mas as cidades, para os historiadores de ofício, ainda que estudadas por meio de suas características morfológicas, nunca deixou de ser um meio para melhor entender as relações sociais do passado.

Salvo engano, foi nos Estados Unidos que as cidades passaram a ser estudadas de modo sistemático e autônomo, como um fenômeno que valia ser investigado a partir do seus atri-

butos físicos e sociais, dando origem a uma *história urbana* consistente e contribuindo para a compreensão do país. Justamente naquele país novo, onde vilas viravam cidades e cidades viravam metrópole em poucos anos, é que aparece a necessidade de levar adiante o estudo da história urbana como um campo autônomo, a partir da década de 1930. Nos anos seguintes, uma série de estudos vão se suceder, enfatizando os acontecimentos nacionais dentro de uma estrutura urbana particular, consolidando uma história urbana pautada em trabalho monográfico, que logo passaram a ser chamados de “biografias de cidade” (Stave, 1977).

Em 1962, no seminário “The historian and the city”, avaliava-se que os arqueólogos e os historiadores haviam promovido descrições razoáveis da evolução física das cidades ao longo dos períodos históricos – e poderíamos acrescentar, entendendo seus efeitos na sociedade –, mas não tinham conseguido discutir de modo adequado e metódico “as razões para o desenvolvimento daquelas formas” (Handlin & Burchard, 1963). Desde então, novos enfoques e novos métodos começaram a aparecer, fazendo das biografias, em sua intenção de abarcar a história das cidades desde a sua fundação, a “velha história urbana”, em contraposição a uma “nova história urbana”, que defenderia explorar temas e questões de maneira aprofundada e sem a pretensão de compor grandes totalidades, cujo marco foi a publicação de *Nineteenth-Century Cities*, editado por Stephan Thernstrom e Richard Sennett em 1969 (Stave, 1977).

Dentro desse percurso norte-americano, não podemos esquecer da trilha aberta por Lewis Mumford, que além de contribuir de maneira decisiva para a formação de uma cultura do planejamento regional, publicou duas grandes histórias das cidades em 1938 e nos anos 1960, a partir de uma perspectiva ampliada, seguindo cronológica mas não acriticamente a história da civilização do ponto de vista urbano (Almandoz, 2003). No entanto, Mumford foi antes de tudo um crítico da cultura urbana, buscando na história as formas de melhorar a vida contemporânea. Nota-se que os arquitetos demoraram para se tornarem historiadores, produzindo, na maioria das vezes, estudos e ensaios críticos para incidir nas cidades, mesmo que apenas como manifestos, como o de Robert Venturi e Denise Scott Brown, *Learning from Las Vegas*, e o de Rem Koolhaas, *Delirious of New York*, ambos da década de 1970, que de algum modo trouxeram elementos para informar a história da cidades.

Na Europa, os tempos da institucionalização dos estudos não parecem ter sido muito diferente, ainda que haja especificidades. Vale pensar no caso francês, onde a história das cidades foi um interesse dos historiadores medievalistas, justamente porque se tratava de pensar o lugar da França e da Europa no mundo ocidental a partir da criação do capitalismo

– o que tem início com o importante livro de Henri Pirenne, *As cidades na Idade Média*, publicado em 1927. Apesar de não ser uma história urbana *stricto sensu*, ao se dedicar a entender o processo de reurbanização da Europa após a expulsão do Islã, esse livro se tornaria porta de entrada ao tema das cidades medievais. A partir daí, e a cada geração, historiadores dos *Annales* se aproximaram cada vez mais da temática urbana, pensando as cidades, seus edifícios e a urbanização não apenas a partir das dinâmicas sociais e econômicas, mas também a partir das características intra-urbanas, tomando a materialidade como indícios de uma história de constituição da nação (Reis, 2004). O grande nome dessa vertente foi um historiador da quarta geração dessa escola, Bernard Lepetit, que defendeu compreender as cidades nas suas diversas escalas, nos seus diversos tempos, em redes urbanas e com atenção para todos os atores sociais envolvidos no processo da urbanização (Lepetit, 2001).

O caso italiano tem interesse particular nesse panorama, não só porque deu grandes contribuições para uma história da cidade – termo mais aceito no contexto italiano – mas sobretudo porque ali vários dos estudiosos seriam arquitetos. Leonardo Benévolo, Paolo Sica, Manfredo Tafuri são talvez os mais conhecidos de uma tradição importante que aproximou a história da cidade da história da arquitetura (Benévolo, 2009; Zucconi, 2009). O estudo da cidade em língua italiana teve ainda uma interface muito rica e produtiva com a história da arte, e nesse campo o nome de Giulio Carlo Argan é inescapável.

No Brasil, podemos remontar o interesse pelas cidades à geração dos pensadores, ainda que de forma oblíqua, sobretudo como uma das portas para estudar a formação do território, e mais propriamente, da nação (Peixoto, 2006). O célebre capítulo “O semeador e o ladrihador”, de Sergio Buarque, seria tomado, nos anos 1960, como um mote para as abordagens subsequentes, rebatido e contestado por pesquisadores que se dedicaram a mostrar a capacidade portuguesa de pensar e fazer cidades. Desse modo, a discussão sobre as cidades coloniais parece ter sido a primeira trilha dos estudos de uma história urbana ou da urbanização, que se pautou tanto pela vontade de pensar a história da arquitetura em relação ao espaço urbano, quanto pela intenção de compreender o processo social que levaria à constituição das cidades o território (Friedman, 2010; Reis Filho, 1999; Bueno, 2012).

Nesse segundo pós-Guerra, e com mais força sobretudo nos anos 1960, diante do abalo de certezas do urbanismo do Movimento Moderno, entender os processos urbanos a partir da história se configurou definitivamente como um tema. E o próprio urbanismo como disciplina e como prática começaria a ser repensado nos diversos países, estruturando-se um esforço para definir a palavra urbanismo, que se separava do termo planejamento urbano, mais li-

gado à prática. Ao mesmo tempo, as tentativas de diferenciação entre história da cidade, história do urbanismo e história da urbanização se evidenciavam, e também no Brasil esse esforço aparece (Gomes e Fernandes, 1998; Cesarolli e Carpintero, 2009).

Aqui busca-se cercar a elaboração de um campo da história da cidade, entendendo-a não apenas como um artefato historicamente construído, mas como um campo de “forças econômicas, territoriais, especulativas, políticas, sociais, culturais, em tensão constante num jogo de variáveis que é preciso acompanhar” (Menezes, 1996, p. 149). Ao se estudar a morfologia urbana, a forma física, os mapas, os planos, os projetos, sua arquitetura, parece ser fundamental não deixar de lado as relações sociais, onde os conflitos, as tensões, as disputas podem revelar novas dimensões do urbano. Ou seja, a cidade não é apenas palco de disputas, ela se constitui nessas disputas. Compreender isso é compreender seu sentido e sua história. E a terceira dimensão que está em jogo é a dimensão das representações, as imagens da cidade, seja nos discursos, na literatura, na ficção, seja nas artes, na pintura, na fotografia, no cinema, não importa. Essas representações da cidade também são responsáveis pelo que é a cidade (Menezes, 1996; Gorelik, 2009). E nesse sentido, *historicizar* a cidade como uma construção social nada mais é que defini-la e explorá-la como artefato construído levando em conta sua prática e suas representações pela própria sociedade que a institui e a transforma continuamente, sem tomar essa cidade como uma categoria estável e universal. Nesse largo caminho de constituição do campo da história urbana, ou de uma história da cidade, como se defende aqui, nota-se como esse campo sempre foi tensionado pela vontade de abarcar as diversas dimensões que compõem o próprio artefato, evidenciando suas várias camadas e suas múltiplas dimensões.

Do nosso ponto de vista, as contribuições dessa Sessão Temática tangenciam toda essa discussão de modo competente, demonstrando a consolidação das discussões no Brasil, já que os textos aqui apresentados sem dúvida fazem parte desse esforço contínuo de revisão historiográfica que vem hoje avançando na perspectiva cultural e transnacional.

1. A SESSÃO E SUA CONTRIBUIÇÃO

Em *As cidades “a partir de baixo”*: E. P. Thompson como referência para um diálogo entre urbanização e história social, Marcos Virgílio da Silva contribui para o tema da mesa a partir de uma aproximação à perspectiva analítica do historiador inglês, iluminando algumas das questões que valeriam ser encaradas pelos historiadores urbanos nos seus temas de pesquisa. Entre elas, destaca-se a noção de experiência, desenvolvida desde *The Making of English Work Class* (1963), com a qual Thompson buscou evidenciar o caráter ativo dos

sujeitos históricos, a partir da mediação necessária entre as “relações de produção” e a “consciência de classe”. Articuladas a essa noção, Virgílio indica a pertinência de três questões, a saber: a crítica ao estruturalismo; a urbanização como fenômeno cultural e a urbanização “vista de baixo”, para pensar a história das cidades no Brasil. A primeira delas, decorrente do fato do urbanista (e também o historiador urbano) frequentemente buscar “uma compreensão ‘do todo’ do fenômeno urbano para o qual a voz e os desígnios dos cidadãos pouco teriam a acrescentar”, poderia ter seus limites evidenciados sob uma leitura thompsoniana do mesmo fenômeno. Decorrente da primeira, a segunda questão questiona a possibilidade de se “isolar relações sociais ‘econômicas’ das ‘não econômicas’”, sem entretanto cair numa espécie de culturalismo simplório para se opor à leitura economicista. Por último, e talvez mais importante, o texto indica a pertinência em se atentar para “os fenômenos disruptivos, as chamadas ‘insurgências’”, o que contribuiria para rebater a visão mais aceita de que “nos processos de formação da sociedade brasileira (...) os acordos, as negociações e as acomodações foram sempre mais importantes do que as lutas”, ao incluir como fonte os registros das classes subalternas, inclusive as não escritas, os discursos não totalmente formalizados ou articulados. Todos os temas certamente mostram a obra de Thompson como uma importante forma de leitura que vale a pena ser mais conhecida, e indicam também a potência de novas fontes, muitas vezes consideradas menores ou menos importantes – ao considerar as vozes dos “de baixo”. Vale notar que Marcos Virgílio da Silva é um dos que vem trabalhando com essa perspectiva, demonstrando sua potência nas análises históricas e urbanas sobre São Paulo.³

O trabalho *Acervos históricos e estudos da urbanização: cruzamento de fontes urbanísticas e judiciárias como recurso metodológico*, de Monique Félix Borin, é outra importante contribuição para se notar os rendimentos de fontes menos usuais na história urbana. A autora reconhece a centralidade das fontes de “origem urbanística, ou seja, [das] que já foram produzidas diretamente para tratar das questões do urbano” ainda hoje, mas discute de maneira competente o cruzamento destas com outras, de natureza distinta, propondo uma metodologia de interesse para pensar as cidades e o estudo da urbanização brasileira, particularmente na passagem do século XIX para o século XX. Ao tomar a série Obras Particulares do Arquivo Histórico de São Paulo, trabalhando-as na relação com fontes judiciárias, notadamente os Autos-Crime do Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo, busca investigar a urbanização de bairros centrais de São Paulo. A partir desse cruzamento, Borin consegue rever uma história já escrita sobre a cidade, questionando o próprio entendimento do pro-

³ Seu doutorado, *Debaixo do ‘pogréssio’: Urbanização, cultura e experiência popular em João Rubinato*, foi defendido na FAU USP em 2011.

cesso de urbanização, ao introduzir – ecoando a melhor tradição thompsoniana, poder-se-ia notar –, atores pouco destacados até então. Seu trabalho explora o universo de relações sociais que pode ser expresso por cada tipo de fonte e a partir dos autos-crime questiona as leituras de São Paulo que privilegiaram o entendimento da “modernização” da cidade em torno de temas como “homogeneização, especialização e disciplinamento espacial”. Mas talvez o ponto mais interessante dessa análise seja o de mostrar que a percepção da cidade – figura de difícil redução teórica, como dissemos anteriormente – tem muito a ganhar quando encarada a partir de fragmentos que estruturam nexos entre pequenos recortes. Essa percepção parece fundamental e nos ensina sobre as formas possíveis de pensar a cidade – ou os objetos de estudo –, pois revela a precariedade das nossas perguntas no desejo de uma história total, completamente impossível de ser realizada, e propõe superar dicotomias ao discutir a cidade tanto como um fenômeno cultural quanto como materialidade de uma produção social.⁴

O esforço de superar a referida dicotomia se faz presente também em *Palácio Itamaraty: processo de pesquisa, novas fontes e revisão da historiografia*. Seu autor, Eduardo Pierrotti Rossetti, insere seu trabalho no esforço de rever a concepção e com isso os modos de fazer a história da arquitetura, dando continuidade às pesquisas que vem desenvolvendo desde seu mestrado⁵. Assim, sem deixar de atentar para as questões formais que dominam as narrativas historiográficas sobre a obra, o autor considera um conjunto complexo de fatores internos e externos ao campo arquitetônico que constituíram o edifício. Desse modo, tal como proposto por Manfredo Tafuri (1988), Rossetti investiga a realização do edifício do projeto à obra, levando em conta as especificidades da encomenda, as condições de produção, as redes sociais, a contribuição de diferentes agentes, cujas participações foram essenciais em sua consecução, usos e apropriações. Para tanto, o autor cruza fontes diversas como desenhos nas suas várias escalas, expressões e estágios de desenvolvimento, entrevistas, fotografias, filmes, reportagens e documentos diplomáticos que problematizam o ideal do projeto arquitetônico como algo supostamente unitário e coeso, fruto de decisões autônomas, e, com isso, questiona a própria ideia de autoria, tema caro à história da arquitetura. De fato, a pesquisa, mesmo que em seu estágio inicial, já apresenta de maneira significativa as contribuições dos diplomatas Wladimir Murinho, Luiz Brun de Almeida Souza e Rubens Antonio Barbosa; dos arquitetos colaboradores Olavo Redig de Campos, Jayme Zettel, Ro-

⁴ A dissertação de mestrado, *A Barra Funda e a feitura da cidade: experiências da urbanização em São Paulo (1890-1920)*, foi defendida, em 2014 na FFLCH USP. Atualmente, a autora desenvolve na mesma instituição a tese de doutorado *Experiências da urbanização na Santa Ifigênia e liberdade: (des)caminhos da modernização de São Paulo nos bairros centrais (1886 - 1923)*.

⁵ O mestrado *Tensão moderno/popular em Lina Bo Bardi: nexos de arquitetura*, foi defendido na FAU UFBA em 2002 e o doutorado *Arquitetura em transe. Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Vilanova Artigas e Lina Bo Bardi: nexos da arquitetura brasileira pós-Brasília (1960-1985)*, em 2007, FAU USP.

berto Scorzelly e Milton Ramos; do paisagista Roberto Burle-Marx; dos engenheiros Joaquim Cardozo e Samuel Rawet; e dos artistas plásticos Athos Bulcão, Maria Martins, Mary Vieira, Bruno Giorgi e Alfredo Volpi na construção do edifício, aproximando-se mais e com melhor precisão das dinâmicas da prática profissional e do funcionamento do campo arquitetônico.

Ao esforço de aproximação da história da arquitetura à história social proposto por Rossetti, Clarissa de Almeida Paulillo, Deborah Caramel Marques e Pedro Beresin Schleder Ferreira acrescentam o diálogo com estudos de cultura material no artigo “*Nenhuma casa moderna dispensa o bar*”: *composição dos interiores domésticos brasileiros nas décadas de 1930 e 1940*, resultado da reflexão conjunta e das pesquisas de mestrado desenvolvidas por cada um deles.⁶ Tomando o bar como índice e agente das transformações nos ideais de domesticidade das camadas médias urbanas então vigentes, as autoras e o autor procuram investigar qual o papel e os sentidos do referido artefato na constituição de novas práticas sociais e de gênero na cidade. Práticas essas que estariam associadas à assimilação dos ideais do *American Way of Life* e que incitam a reflexão sobre os trânsitos culturais entre os dois países. Para tanto, a partir do discurso autorizado dos arquitetos, presente nas revistas especializadas *Acrópole* e *A Casa*, e da fala corrente em revistas de variedades como *O Cruzeiro*, a materialidade do bar em sua diversidade de soluções é analisada não apenas em seus aspectos físicos, mas também funcionais e simbólicos, iluminando com isso as mudanças sociais em curso, seja do ponto de vista da organização do ambiente doméstico, seja com relação aos ideais de beleza, comportamento, gosto e normas de conduta familiar e social.

Diferentemente dos três trabalhos anteriores que se apoiam em fontes diversas para rever e/ou apresentar narrativas sobre a história da cidade e da arquitetura, Eduardo Augusto Costa se concentra, em *Três publicações do IPHAN: diálogos entre fotografias e patrimônios*, na crítica a um dos documentos mais recorrentes nos estudos de conservação e preservação de bens materiais, a fotografia. Assumindo o enfoque mais metodológico que tem marcado às suas pesquisas no campo,⁷ Costa investiga as relações entre a produção e a reflexão sobre a fotografia e as narrativas que apoiaram as políticas patrimoniais do Instituto, apontando as mudanças de sentido e atribuições que esse documento sofreu de modo dialético dentro do órgão. Tais mudanças são analisadas a partir de três de publicações

⁶ Clarissa de Almeida Paulillo desenvolve a pesquisa de mestrado *Tecnologias de conforto e a modernização do espaço doméstico em São Paulo (1890-1930)* na FAUUSP desde 2015, mesmo ano de ingresso de Pedro Beresin Schleder Ferreira no programa com a pesquisa *Modos de Morar em São Paulo no início do século XX*. Deborah Caramel Marques desenvolve no Departamento de História da FFLCH desde 2015 a pesquisa de mestrado *Mobiliário Doméstico e as Apropriações do Moderno*.

⁷ O autor defendeu o mestrado *Brazil Builds e a construção de um moderno na arquitetura brasileira* IFCH UNICAMP, em 2009. Na mesma instituição defendeu, em 2015, a tese *Arquivo, Poder, Memória: Herman Hugo Graeser e o Arquivo Fotográfico do IPHAN*.

produzidas pelo IPHAN entre os anos 1940/1950 e 2000, também elas tomadas como documentos históricos. De fato, como revela o autor, o movimento de uma concepção da fotografia como representação fiel do real, ou seja, um documento iconográfico de um bem histórico à noção de que a mesma é um objeto ativo que assume uma dimensão cultural mais profunda, é acompanhado e se transforma por revisões do conceito de patrimônio, inicialmente concentrado em bens materiais de destacada qualidade formal para sua ampliação tanto em direção a manifestações artísticas e arquitetônicas fora do cânone quanto em relação ao patrimônio imaterial.

Os trabalhos de Borin; Rossetti; Paulillo, Marques e Ferreira apoiam-se em dois grupos de arquivos: um, formado por arquivos mais distantes do campo da arquitetura e da cidade, como os do Tribunal da Justiça e do Itamaraty e que ainda não passaram por processos de catalogação e informatização completa; outro formado por arquivos que pertencem às áreas de conhecimento aqui enfocadas, cujo conteúdo já se encontra organizado e facilmente acessível aos pesquisadores, como nos casos do Acervo de Obras Particulares do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís e do Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Se o primeiro grupo demanda um esforço de pesquisa que pressupõe a compreensão do próprio acervo e da organização do material, o segundo grupo pode dispensar esses trabalhos ao mesmo tempo em que possibilita a pesquisa seriada, por palavra ou tema, conforme o problema formulado, algo garantido pela digitalização, informatização e disponibilização online dos documentos. Tal procedimento tem aberto novos caminhos de pesquisa e avanços na aproximação do cotidiano da cidade e da prática profissional, além das formas de apropriação e significação dos objetos de análise, apontando que as plataformas de acesso à informação também impactam o ofício do historiador.

O artigo apresentado por Costa, por sua vez, reflete sobre a conformação do arquivo do IPHAN a partir da relação entre os temas, autores e suportes fotográficos, a história da fotografia e a narrativa das políticas de preservação da instituição. De todo modo, nesse conjunto de artigos, sem a existência desses acervos documentais, seria muito difícil se não impossível, responder às questões formuladas pela pesquisa, reafirmando, de novo, a sua importância para o campo, ainda mais nesse momento de ampliação dos enfoques e aprofundamento teórico-metodológico.

Em *Os “transferts culturels” e a historiografia da arquitetura: usos e perspectivas no Brasil* Marianna Gomes Pimentel Cardoso articula o enfoque teórico-metodológico presente nos artigos dedicados à Thompson e ao IPHAN com a preocupação com os trânsitos culturais presente na investigação daquele novo equipamento doméstico, o bar. A proposta é aproxi-

mar a história da arquitetura dos debates sobre transferências culturais como um caminho para superar o discurso operativo e eurocêntrico da maioria das narrativas do campo.⁸ Para tanto, a autora se aproxima de uma bibliografia francesa das ciências sociais, notadamente dos trabalhos desenvolvidos por Michel Espagne e Michael Werner, para investigar os processos de circulação, importação e assimilação de saberes e ações de um país a outro, de uma cultura a outra.

O trabalho *Política, cidade e urbanismo em Buenos Aires: reflexões teórico-metodológicas de história urbana*, de Ana Carolina Oliveira Alves, completa a Sessão, discutindo o cruzamento de fontes na história urbana a partir das perspectivas do historiador, não do arquiteto. Dialogando de maneira mais imediata com o trabalho de Monique Felix Borin, ao estudar a Praça de Mayo em Buenos Aires, Alves busca analisar “a relação entre ideias sobre a cidade e as propostas de intervenção para Buenos Aires”, incorporando fontes que contribuam para “a compreensão de formas de pensar e atuar sobre a cidade em determinados momentos e também como estas ideias incidem diretamente sobre a sua construção”. Busca dessa forma perceber a contribuição de diferentes saberes para o conhecimento da dinâmica urbana, revelando por parte dos historiadores de ofício o mesmo esforço estabelecido pelos arquitetos e urbanistas dedicados à história de ampliação de fontes de pesquisa⁹.

Como se procurou mostrar, a Sessão Temática Teoria e Método em História da Arquitetura e da Cidade reúne pesquisadores interessados em discutir questões teórico-metodológicas pertinentes aos referidos campos da história da arquitetura e da cidade a partir da perspectiva da história cultural e transnacional. Dentro dessa visada, os trabalhos evidenciam a relação sempre dialética entre os problemas históricos por eles formulados e as fontes documentais que sustentaram suas análises, contribuindo também para a reflexão sobre a importância de se constituir e preservar arquivos documentais para a construção das novas narrativas da história da arquitetura e da cidade no Brasil, ainda mais no contexto grave de desinvestimento e desmontagem de algumas instituições fundamentais em curso no país.

BIBLIOGRAFIA

Azevedo, Ricardo Marques de. *Antigos modernos: estudos das doutrinas arquitetônicas nos séculos XVII e XVIII*. São Paulo: FAUUSP, 2009.

Almandoz, Arturo. “De Fustel de Coulanges a Lewis Mumford: enquadre historiográfico de antecedentes de história urbana”, *Urbana*, Caracas, v.8, n.32, jan., 2003, pp.57-73.

⁸ Doutorado em andamento na École doctorale des Sciences humaines et sociales da Universidade de Strasbourg: “L’historiographie de l’architecture au Brésil: une analyse des grands récits du XXe Siècle”.

⁹ Mestrado em andamento na Unicamp: *Dimensões Políticas da Plaza de Mayo e a cidade de Buenos Aires (1880 e 1925)*.

(http://www2.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S079805232003000100004&lng=en&nrm=iso). Acesso 23/02/2014.

Amaral, Aracy A.. *Arquitetura Neocolonial - America Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo: Memorial da América Latina/Fondo de Cultura Economica, 1984.

Banham, Reyner. *Teoria e projeto na primeira era da máquina*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

Benevolo, Leonardo. *A cidade e o arquiteto: método e história em arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Bonduki, Nabil G.. *Origens de Habitação Social No Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

Bradbury, Malcolm. "As cidades do modernismo" In: Bradbury, Malcolm & Mcfarlane, James (eds). *Modernismo: guia geral, 1890-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

Brandão, Carlos Antônio Leite. "A invenção do campos disciplinar da Arquitetura: contribuições e contraposições renascentistas". *Revista Morus - Utopia e Renascimento*, n. 2, Unicamp, Campinas, 2005, pp. 65-93.

Bueno, Beatriz. Dossiê Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.20. n.1. p. 11-40. jan.- jun., 2012

Calabi, Donatela. *História do urbanismo europeu*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

Carvalho, Vânia Carneiro de. *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material. São Paulo, 1870-1920*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2008.

Castriota, Leonardo Barci. (Org.). *Arquitetura e Documentação: novas perspectivas para a história da arquitetura*. Belo Horizonte: IEDS, 2011.

Castro, Ana. "A cidade narrada: a literatura como fonte para a história urbana". In: *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. UFSC, Florianópolis, Jul 2015 (http://www.snh2015castro.anpuh.org/resources/anais/39/1427688943_ARQUIVO_texto_anpuh.pdf)

Cesarolli, Josiane e Carpintéro, Marisa. A cidade como história. *História. Questões e Debates*, v. 50, p. 61-101, 2009.

Curtis, William. A ideia de uma arquitetura moderna no século dezenove. In: *Arquitetura moderna desde 1900*. Porto Alegre: Bookman, 2008, pp. 21-31.

D'Agostino, Mario Henrique S. A. *Beleza e o mármore: o tratado De Architectura de Vitruvius e o Renascimento*. São Paulo: Annablume Clássica, 2011

Drexler, Arthur (Ed.). *The Architecture of École des Beaux-Arts*. London: Secker & Warburg, 1977

Egbert, Donald Drew. *The Beaux-Arts Tradition in French Architecture*. New Jersey: Princeton University Press, 1980.

Fabris, Annateresa. *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel-EDUSP, 1987.

Ficher, Sylvia. Historiografia e documentação. In: Leonardo Barci Castriota. (Org.). *Arquitetura e Documentação: novas perspectivas para a história da arquitetura*. São Paulo: Annablume, 2011, v. 1, p. 251-259.

Freitag, Barbara, *Teorias da cidade*. Campinas: Papyrus, 2013.

Fridman, Fania. "Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira". In: Fridman, Fania; Abreu, Mauricio. (Org.). *Cidades latino-americanas. Um debate sobre a formação de núcleos urbanos*. 1ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

Gitahy, Maria Lucia Caira; Pereira, Paulo Cesar Xavier. (orgs.). *O Complexo Industrial da Construção e a Habitação Econômica Moderna, 1930-1964*. São Carlos: RiMa Editora, 2002

Gomes, M. A. A. F.; Fernandes, Ana, "A Pesquisa Recente em História Urbana no Brasil: percursos e questões". In: Padilha, Nino. (Org.). *Cidade e Urbanismo: História, Teorias e Práticas*. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFBA, 1998.

Gorelik, Adrian, "Ciudad". In: Altamirano, Calos (org.). *Términos críticos para un diccionario de sociología de la cultura*, Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

Hall, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX* (1998). São Paulo: Perspectiva, 2009.

Handlin, Oscar e Burchard, John (Eds.). *The historian and the city*. Harvard: MIT/Harvard University Press, 1963.

Lassance, Guilherme. Ensino e teoria da arquitetura na França do século XIX: o debate sobre a legitimidade das referências. In: Lassance, Guilherme (et. al.). *Leituras em teoria da Arquitetura*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2010, pp. 92-112.

LEMOS, Carlos A. C.. *Alvenaria Burguesa: breve historia da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café*. São Paulo: Nobel, 1985.

Lepetit, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo, EDUSP, 2001.

Lira, José Tavares Correia de. A história e o fazer da história. *Desígnio*, São Paulo, v. 11/12, 2011, p. 11-18.

Loewen, Andrea Buchidid. *lux pulchritudinis: sobre beleza e ornamento em Leon Batista Alberti*. São Paulo: Annablume Clássica: Fapesp, 2012.

Lopes, João Marcos; Lira, José (orgs.). *Memória, trabalho e arquitetura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

Meneses, Ulpiano T. Bezerra de. Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. *Revista USP: Dossiê Brasil dos viajantes*. São Paulo, SP: USP, CCS, n.30, jun./ ago., 1996.

Nisbet, Robert, "Comunidade". In: Foracchi, Marialice e Martins, José de Souza (orgs.), *Sociologia e Sociedade*. São Paulo: LTC, 1977, pp.203-233

Patetta, Luciano. Los revivals em arquitetura. In: Argan, Giulio Carlo [et. al] *El pasado em el presente. El revival em las artes plásticas, la arquitectura, el cine y el teatro*. Barcelona: Gustavo Gili, 1977, pp. 129-163.

_____. Considerações sobre o Eclesiasticismo na Europa. In: Fabris, Annateresa. *Eclesiasticismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Nobel, 1987, pp. 8-27.

Peixoto, Fernanda Arêas. "As cidades nas narrativas sobre o Brasil" In: Frugoli, Heitor; Andrade, Luciana & Peixoto, Fernanda Arêas. (orgs). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. São Paulo/ Belo Horizonte, EDUSP/ PUC Minas, 2006, pp. 177-197.

Pereira, Sônia Gomes. O ensino acadêmico e a teoria da arquitetura no século XIX. In: Piniheiro, Eloisa Petti; Gomes, Marco Aurelio A. de Filgueiras. (Org.). *A cidade como história*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2005.

Raminelli, Ronald. "História urbana". In: Cardoso, Ciro Flamarion e Vainfas, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e método*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp.185-202

Reis, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

Reis Filho, Nestor Goulart. Notas sobre a evolução dos estudos de história da urbanização e do urbanismo no Brasil. *Cadernos de pesquisa do LAP*, São Paulo: FAU-USP, 1999

Rocha-Peixoto, Gustavo. Tratados sob os trópicos. In: Lassance, Guilherme (et. al.). *Leituras em teoria da Arquitetura*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2010, pp. 134-163.

_____. *A estratégia da aranha*. Rio de Janeiro: Rios Book's, 2013.

Rykwert, Joseph. *Los primeros modernos. Los arquitectos del siglo XVIII*. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.

_____. *A ideia de cidade*. São Paulo Perspectiva, 2006.

Romero, José Luis. *La ciudad occidental: culturas urbanas en Europa y América*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

Schorske, Carl E. "A ideia de cidade no pensamento europeu: de Voltaire a Spengler" (1961). In: *Pensando com a história*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, pp. 53-72.

Segawa, Hugo. *Arquitectura latinoamericana contemporánea*. Barcelona: Gustavo Gili, 2005

Stave, Bruce. *The Making of Urban History. Historiography Thought Oral History, Conversation with...* Bervelly Hills/London: Sage, 1977.

Zucconi, Guido. *A cidade do século XIX*. São Paulo: Perspectiva, 2009.